

Reflexões sobre as representações da diferença no jornalismo hegemônico brasileiro¹

Danielle Parfentieff de Noronha²
UAB/Espanha

Resumo

O presente trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre a produção e reprodução de imaginários sobre a diferença no jornalismo hegemônico brasileiro, trazendo como pano de fundo o diálogo entre comunicação, mito e poder. As considerações apresentadas neste artigo são balizadas pela pesquisa de campo que realizei para minha tese doutoral, ainda em desenvolvimento, em que foram analisados os meios de comunicação: Jornal Nacional, portal UOL, Revista Veja e jornal O Estado de S. Paulo. O enfoque das análises foram as representações relacionadas com gênero, raça e trabalho, entendidas como as principais linhas com as quais os indivíduos classificam e são classificados ao mesmo tempo, segundo perspectiva desenvolvida por Anibal Quijano. Se trata de um trabalho transdisciplinar, em que busco fomentar o diálogo com o campo de uma antropologia de e para a comunicação. O jornalismo, que possibilita pensar sobre a relação entre ficção e realidade, é entendido como um importante espaço de formação de opiniões sobre o mundo que nos rodeia e de grande influência para a criação de identidades e (re)construção de tradições, memórias, relações de poder e mitos sociais. Nesse sentido, parto da ideia de que a reprodução no jornalismo de um imaginário mitológico sobre a diferença, que separa e representa “eles” e “nós”, a partir da naturalização de categorias, instituições e identidades, aporta importantes elementos para o debate sobre as tensões relacionadas aos diferentes campos de poder em nossas sociedades latino-americanas e, neste caso, especificamente, na sociedade brasileira. Na primeira parte do trabalho apresento uma fundamentação teórica sobre o tema. Na sequência, trago algumas considerações sobre a metodologia aplicada durante a pesquisa de campo e, por último, os primeiros resultados das análises dos meios de comunicação acima mencionados.

Palavras-chave: comunicação, diferença, poder.

Resumen

El presente trabajo busca presentar algunas reflexiones sobre la producción y reproducción de imaginarios sobre la diferencia en el periodismo hegemónico brasileño, teniendo como trasfondo un dialogo entre comunicación, mito y poder. Las consideraciones presentadas en este artículo son balizadas por la investigación de campo que he realizado para mi tesis doctoral, aún en desarrollo, en que fueron analizados los

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

² Jornalista, mestra em antropologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS e doutoranda em “Medios, comunicación y cultura” pela Universitat Autònoma de Barcelona – UAB, na linha de investigação sobre antropologia da comunicação. Contato: danielledenoronha@gmail.com

medios de comunicación: el telediario Jornal Nacional, la página web UOL, la Revista Veja y el periódico O Estado de S. Paulo. El enfoque de los análisis son las representaciones relacionadas con género, raza y trabajo, entendidas como las principales líneas con las cuales los individuos clasifican y son clasificados a la vez, según perspectiva de Anibal Quijano. Tratase de un trabajo transdisciplinar, en que busco fomentar el dialogo con el campo de una antropología de y para la comunicación. El periodismo, que posibilita pensar sobre la relación entre ficción y realidad, es entendido como un importante espacio de formación de opiniones sobre el mundo que nos rodea y de gran influencia para la creación de identidades y (re)construcción de tradiciones, memorias, relaciones de poder y mitos sociales. En ese sentido, parto de la idea de que la reproducción en el periodismo de un imaginario mitológico sobre la diferencia, que separa y representa “ellas”/”ellos” y “nosotras”/”nosotros”, a partir de la naturalización de categorías, instituciones e identidades, aporta importantes elementos para el debate sobre las tensiones relacionadas a los diferentes campos de poder en nuestras sociedades latino-americanas e, en este caso, específicamente, en la sociedad brasileña. En la primera parte del trabajo presento una fundamentación teórica sobre el tema. En la secuencia, traigo algunas consideraciones sobre la metodología aplicada durante a investigación de campo y, por último, los primeros resultados del análisis de los medios de comunicación ya mencionados.

Palabras-clave: comunicación, diferencia, poder.

Introdução

A partir da convergência cada vez mais enriquecedora entre comunicação e antropologia, neste artigo desenvolvo algumas reflexões sobre a produção e reprodução de narrativas sobre a diferença, a luz das relações entre comunicação, mito e poder, além de apresentar os primeiros resultados da pesquisa de campo, que desenvolvi para a minha tese doutoral.³ A temática escolhida implica na necessidade de um estudo transdisciplinar, que privilegia e busca colaborar com as atuais discussões no campo de uma antropologia *de e para* a comunicação. Se trata de um trabalho contextual, em que proponho discutir a comunicação desde a matriz da colonialidade⁴, a partir de um diálogo com o pensamento

³ Com o título “Periodismo, mito y poder: Los procesos de comunicación y la reproducción de las alteridades y del poder social”, a tese tem orientação do professor Dr. Albert Chillón, e tem previsão para ser defendida em julho de 2017.

⁴ Para Maldonado-Torres, o “colonialismo denota uma relação política e econômica, a qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui a tal nação em um império. Distinto desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça” (Maldonado-Torres, 2007, p. 131 – tradução minha).

decolonial⁵ e com as teorias críticas sobre a comunicação e estudos culturais latino-americanos⁶, com o objetivo de compreender também como são construídos os discursos sobre a diferença e as desigualdades relacionados às questões de gênero, raça e trabalho, como também a interseccionalidade entre eles.

A antropologia, que iniciou o seu percurso como uma ciência que tratava a diferença como um problema epistemológico, passou a olhar também para a sua própria sociedade e agora busca distintos caminhos para compreender as complexas relações da vida social. O mito, objeto clássico das etnografias, procura “novos modelos interpretativos” (Duch, 2002), e sua relação com o poder ganha mais importância para o entendimento de suas funções atuais. Para Barthes (2009) nossa sociedade é um campo privilegiado das significações míticas e, em efeito, o mito, em sua função prática social, se torna um instrumento de lutas pelo poder.

Entendo os meios de comunicação como um importante campo social de formação de opiniões sobre o mundo que nos rodeia e, neste sentido, de grande influência para a criação e reprodução de tradições, memórias, estereótipos, poder e mitos sociais. Dessa forma, as narrativas míticas sobre os demarcadores sociais da diferença são produzidas e reproduzidas pelos meios de comunicação e auxiliam na criação de identidades e na manutenção das relações de poder social e simbólico. Tais representações acabam por naturalizar desigualdades sociais e formar um imaginário baseado em estereótipos que influencia a forma como reconhecemos a nós mesmos e aos demais. Esta percepção estimula a lógica que simplifica a vida, as pessoas e suas relações, estimulando o embate binário entre aquilo que se construiu como o *bem* e o *mal* e mantendo sistemas de poder.

No caso deste trabalho, direciono meu olhar para os meios de comunicação hegemônicos e corporativos, especificamente para os discursos produzidos pelo jornalismo, e para o modo como são construídas as narrativas relacionadas com a

⁵ Seguindo a sugestão de Catherine Walsh (2009, pp. 14 – 15 – tradução minha) suprimir o “s” e nomear “decolonial” é marcar uma distinção com o significado do castelhano e do português do pré-fixo “des”. Não é objetivo dos estudos decoloniais desarmar ou desfazer o colonial. “A intenção é assinalar e provocar um posicionamento – uma postura e atitude continua – de transgredir, intervir, insurgir e incidir. O decolonial denota, então, um caminho de luta contínuo no qual podemos identificar, visibilizar e alentar “lugares” de exterioridade e construções alternativas”.

⁶ Não é o objetivo deste trabalho discutir amplamente sobre o tema, mas acredito que é importante mencionar que, pautada na sugestão do grupo modernidade/colonialidade, a perspectiva decolonial possibilita ampliar a ideia de sistemas de significações culturais como “sobre determinantes” das relações econômicas/políticas do sistema capitalista, proposta pelos estudos culturais, já que entende a cultura como algo que está sempre entrelaçada aos – e não derivada dos – processos da economia e política (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007).

diferença, isto é, sobre o outro, a partir do uso da relação entre texto e imagem em diferentes formatos. O artigo está dividido em três partes. Na primeira, trago algumas reflexões sobre o jornalismo e o uso da imagem como recurso para transmissão de informações a partir da relação entre ficção e realidade. Depois, desenvolvo algumas considerações sobre a representação da diferença pelo jornalismo, e os vínculos com o mito e o poder. Como já mencionei, o enfoque são as representações relacionadas com gênero, raça e trabalho, entendidas como as principais linhas com as quais os indivíduos classificam e são classificados ao mesmo tempo, segundo perspectiva desenvolvida por Anibal Quijano (2009). Por último, compartilho minha experiência na pesquisa de campo, em que analisei os meios de comunicação: Jornal Nacional, portal UOL, Revista Veja e jornal O Estado de S. Paulo, além de alguns resultados iniciais da investigação.

Sobre comunicação, ficção e realidade

A escolha por analisar o jornalismo está pautada na forma como ele se relaciona com a dicotomia ficção e realidade. Foi construído ao longo das décadas uma autoridade do fazer jornalístico a partir da ideia da credibilidade e da neutralidade dos meios. Entretanto, a análise das narrativas desenvolvidas pelo jornalismo carrega a possibilidade de trazer um olhar mais atento para o dualismo existente entre realidade e ficção. Em primeiro lugar é importante ressaltar o que é a comunicação. Para Raymond Williams (1971, p.21), o significado mais antigo para essa palavra pode ser resumido como a transmissão de ideias, informações e atitudes de uma pessoa para a outra. Já os meios de comunicação, como pontua Chomsky (1990, p. 21), atuam como sistema de transmissão de mensagens e símbolos com a função de divertir, entreter, informar, como também orientar os indivíduos dos valores, crenças e códigos de comportamentos que os integraram nas estruturas institucionais da sociedade. Entretanto, o autor lembra que a concentração de riqueza nas mãos de poucos e os grandes conflitos de interesse de classe precisam de uma propaganda sistemática para o cumprimento de tal papel.

Para Chomsky, o domínio dos meios de comunicação por parte da elite baliza as premissas dos discursos, sua interpretação e a definição de o que é jornalismo e do que é digno ou não de ser publicado, de tal modo que se naturaliza a autoridade do jornalismo e de suas corporações. Entretanto, é preciso lembrar do contexto em que os meios de

comunicação de massa surgem⁷ na América Latina e dos pequenos grupos que eles realmente representam. Dentro de uma sociedade capitalista, o jornalismo é entendido como um produto que participa das lógicas dos objetos de consumo (Guareschi, 1981). No caso, a linguagem e o próprio conteúdo, embutidos de sentidos conotados e denotados, são os produtos mercantilizados pelos meios de comunicação. A produção desse conteúdo depende de tecnologia – e de poder econômico para mantê-la – e de que seja compreendido pela sociedade como algo natural, autônomo, que não possui ideologias. Como lembra Yuri Torres (s/a, p. 364), o acelerado crescimento dos meios na sociedade e a adoção de novas tecnologias contribuíram para a produção de transformações socioculturais, econômicas e políticas que colocaram os *mass medias* num lugar de preeminência nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, os meios de comunicação podem ser considerados como um dos grandes responsáveis pela manutenção de pontos de vistas dominantes, que atuam na construção do outro e de nós mesmos. Para o autor:

Desde a imprensa, os pasquines ou as crônicas da época colonial até os meios de comunicação atuais na América Latina, a comunicação se mantém inalterada em seu papel de legitimador colonial que assenta nos processos discursivos de civilização/barbárie com o objetivo de justificar uma ordem enquadrada na lógica de progresso ocidental. Quer dizer, os meios vão propalando/articulando os discursos de cunho colonial. (Torres, s/a, p. 373 – tradução minha).

Nesse sentido, seguindo a sugestão de Torres, os protótipos coloniais de construção de representações do outro estão fortemente modelados pelos meios de comunicação. Num primeiro momento, podemos lembrar a forma “exótica” com que são representados, pelo cinema e pela televisão, todos aqueles que são diferentes ao ocidente. Porém, as representações falam também do outro que está próximo a nós utilizando do mesmo discurso moderno/colonial⁸ da diferença, estabelecendo ideologias racistas, classistas e de gênero. Como pontua Claudio Rivera, pensar os meios de comunicação como instituições que exercem dominação social, principalmente a partir da construção

⁷ Sobre esse tema ver Guareschi, 1983 e Caparelli, 1989.

⁸ Conforme pontua Mignolo (2013), modernidade e colonialidade são conceitos inseparáveis. Para ele: “A grande mentira (ou talvez o grande erro e a grande ignorância, se se prefere) é fazer acreditar (ou acreditar) que a modernidade superará a colonialidade quando, na verdade, a modernidade precisa da colonialidade para instalar-se, construir-se e subsistir. Não houve, não há e não haverá modernidade sem colonialidade. Por isso, precisamos imaginar um futuro outro e não mais a completude do projeto incompleto da modernidade” (Mignolo, 2013, p. 35 - tradução minha).

de significados que vão sendo instalados em espaços públicos midiáticos, aponta que as práticas discursivas geradas por atores situados no espaço privilegiado da diferença colonial buscam “assegurar um ordenamento estrutural da população baseada em narrativas que legitimam sua identidade, contrapondo a esta as identidades/alteridades que historicamente foram situadas no espaço subalterno do sistema mundo moderno/colonial” (Rivera, 2014, p. 170 – tradução minha).

Como Rivera (2014, p. 170) assinala, estabelecer o racismo, como também o gênero, a classe, ou outros marcadores sociais da diferença, como uma ideologia de controle social presente nos discursos dos meios de comunicação de massas demonstra que esta ideologia funciona como um modelo de dominação por parte das elites culturais que governam os meios de produção simbólica a modo de “reproduzir as condições que permitem exercer este poder sobre a(s) classe(s) dominadas” (van Dijk apud Rivera, 2014, p. 170 – tradução minha). Porém, o poder não é algo estático e é necessário utilizar diversas ferramentas para a sua manutenção. Nesse sentido, para que o conteúdo seja disseminado e assimilado, é importante que ele seja entendido pela sociedade como verdadeiro.

Entretanto, qualquer produção de conteúdo requer uma escolha e um ponto de vista. Se trata de uma representação. É uma ficção, no sentido original de *fictio*, conforme nos lembra Geertz (1978, p. 11), em que se trata de “algo construído”. Tal ideia de realismo esconde o sentido fabricado que as narrativas transmitidas pelos meios conotam, tornando-as naturais. Por conseguinte, entendo que a naturalização impossibilita que elas sejam vistas como sistema de valores. Além disso, os meios ainda contam com a imagem como ferramenta narrativa, que auxilia na construção do contexto da notícia e a torna ainda mais realista. Neste trabalho, busco entender a forma como as narrativas desenvolvidas pelos meios de comunicação, especificamente o jornalismo, utilizam a imagem para transmitir as informações. Parto da ideia de que a imagem, por sua especificidade ser altamente regulada pelo que Barthes (2004) chama de “efeito de real”, é essencial para construir a ideia de verdade e a autoridade baseada no “eu estava lá”⁹. O

⁹ Esse tema também pode ser abordado a partir da própria construção da antropologia como disciplina. A metodologia do trabalho de campo desenvolvida por antropólogos como Bronislaw Malinowski (1922) e Franz Boas (1888) trouxe para a etnografia uma idoneidade baseada no “eu estava lá”, a partir do método da observação participante, que possibilitou ao antropólogo legitimar o resultado de seus trabalhos como uma análise da realidade da cultura pesquisada, pois, alegava-se que o trabalho etnográfico poderia de certo modo descrever o real. Entretanto, a ideia da “autoridade etnográfica” já foi desconstruída. Sobre esse tema, ver autores como Clifford, 2008 e Geertz, 1978.

efeito de real consiste nas estratégias utilizadas nas narrativas realistas para descrever ao leitor – que aqui também é entendido como telespectador – o ambiente proposto, que representam o “real” a partir de sentidos visíveis e invisíveis, de modo que sejam apagados os resquícios da artificialidade e criada uma relação entre leitor e texto, a partir das referências do que o leitor entende por “realidade”.

Nesse sentido, a imagem ganha importância no papel de dar credibilidade e realidade às narrativas desenvolvidas pelo jornalismo. Acredito que foi construída no imaginário social uma relação mimética entre a imagem e o real. Existe uma sensação de que quando se está diante de uma fotografia é possível ter contato com a “verdade” ou, em outras palavras, com um acontecimento que realmente ocorreu. Entretanto, ao olhar para uma imagem, não é possível saber o que aconteceu antes que o dedo disparasse o botão, que aciona os mecanismos da câmera e realiza os processos que captam o que agora está diante dos olhos. Só é possível pressupor que naquele momento espaço-temporal o que aparece na imagem, em teoria, estava lá. Como pontua Dubois (1993, p. 94), a fotografia [e também a fotografia “em movimento”] possibilita uma nova forma de representação e, principalmente, de pensamento, “que nos introduz numa nova relação com os signos, o tempo, o espaço, o real, o sujeito, o ser e o fazer”. Porém, seguindo o mesmo autor, a imagem não é necessariamente mimética, nem prioritariamente significativa.

Essa relação que a imagem tem com a realidade possibilita que o seu conteúdo seja entendido mais facilmente, muitas vezes de forma acrítica. No caso do jornalismo, a imagem, sempre relacionada a um texto, acaba por ter o seu significado direcionado. E o texto ganha mais factibilidade e embute um novo sentido que pode interferir na interpretação. Dessa forma, a imagem se transforma em uma ferramenta importante nas distintas relações de poder, porque atua na criação de identidades e percepções em relação ao mundo. A imagem representa muito mais do que aquilo que foi escolhido para aparecer em quadro. A imagem é representação de um recorte, mas que faz parte de um contexto social muito mais amplo e complexo, e que ainda possibilita o uso de artifícios que podem influenciar posteriormente na interpretação (para um público e um contexto específicos). No âmbito da tensão pelas representações sociais – que estão relacionadas com práticas próprias – os discursos hegemônicos buscam apropriar-se das identidades, sugerindo como os diferentes grupos devem reconhecer-se, além de classificar (e muitas vezes inventar) o outro e, desta forma, a percepção sobre ele. Nesse sentido, as representações

construídas sobre determinados aspectos sociais, como memórias ou agentes e grupos, fazem parte de um processo maior, em que se busca dar formas para questões que são comuns a todos, com interesses determinados. A representação é uma reconstrução que reflete manifestações exteriores e interiores através de imagens, narrativas e discursos. A imagem ganha uma ênfase maior devido ao poder – político, social, econômico, simbólico – que assumiu nas sociedades contemporâneas.

A naturalização das narrativas contadas através dessa relação entre texto e imagem pelos meios de comunicação expressa a naturalização de ideologias no campo do discurso, que está em constante disputa e reformulação. Como demonstra Stuart Hall (2003, p. 393), o discurso é o que está em jogo e ele é pautado pelas articulações da linguagem em condições e relações reais e não existe discurso inteligível sem a operação de um código. “Naturalismo e realismo – a aparente fidelidade da representação à coisa ou ao conceito representado – é o resultado, o efeito de uma certa articulação específica da linguagem sobre o “real”. É o resultado de uma prática discursiva”.

A partir de uma análise geral, é possível afirmar que os maiores meios de comunicação mundiais pertencem a poucos grupos de pessoas, uma pequena elite com interesses similares (Chomsky, 1988; Serrano, 2009). Por mais que os jornais, por exemplo, tenham a missão de informar, supostamente, sobre temas que são de interesses de todos, estes não podem afetar seus princípios – ou das empresas anunciantes – tampouco seus interesses e seu poder. Portanto, para esse tipo de análise que proponho, se torna interessante também entender o que é silenciado e quais são as motivações que levam determinados assuntos aparecerem ou não nas notícias, como também a forma como aparecem e como são utilizados os recursos narrativos, neste caso, texto e imagem. A linguagem utilizada está carregada de sistemas de significação, responsáveis por fixar significados sociais, além de regras com as quais os telespectadores e leitores de alguma forma concordam em observar.

Então, o jornalismo, através de suas representações, permite que se possa ter contato com as desigualdades e torna possível “conhecer” e “reconhecer” o diferente. O significado do que é ser mulher – negra e branca – ou homem – negro e branco –, como também o papel que assume no mundo social e laboral, entre outros, está constantemente sendo (re)produzido, com objetivo de manter os sistemas de poder e criar estereótipos baseados na alteridade e na exclusão.

Alteridade(s), narrativas míticas e colonialidade do poder

Para Canclini (2004) existem duas problemáticas relacionadas com a alteridade: 1) a diferença, que se expressa principalmente pelas práticas culturais e por questões genéticas, e 2) as desigualdades, sobretudo econômicas. Porém, é possível afirmar que a desigualdade econômica, por exemplo, está relacionada com certas características sociais – como o gênero – que influenciam os lugares onde se pode estar no mundo. Desde essa perspectiva, as formas como os sistemas de poder moldam as relações de gênero mudam conforme esta categoria se intersecciona com outras, como raça e classe social. Falar da diferença e da desigualdade, que são questões mitificadas no jornalismo e são mecanismos utilizados para a manutenção do poder, é entender que se trata de um campo em tensão, que demanda uma investigação contextualizada e ampla. Quando a diferença se torna uma ferramenta e uma justificativa para a opressão, é necessário analisar as questões de poder implicadas, com ênfase na construção e manutenção do poder social, e compreender até que ponto o jornalismo oferece possibilidades para o exercício e reprodução do poder.

O poder tem uma ampla relação com a capacidade de inversão. Para Georges Balandier, os mecanismos de inversão interveem na definição das categorias sociais, em sua distribuição em superiores e inferiores, em “boas” e “maus”. “O dominado, o súbdito, a sua vez, ocupa o sistema das representações coletivas tradicionais a posição inversa (e desclassificada) a do dominante e do senhor” (Balandir, 1994, p. 77 – tradução minha). As narrativas são utilizadas para auxiliar na construção desse dualismo social, através das representações dos diversos aspectos de diferenciação, como masculino e feminino, brancos e negros, ocidente e oriente, desenvolvidos e subdesenvolvidos, empregados e empregadores, etc.

Nesse sentido, seguindo a Quijano (2009, p. 76), é possível refletir a partir do conceito da “colonialidade do poder”¹⁰, um espaço de relações sociais de exploração, dominação e conflito articuladas, principalmente, em função das disputas pelo controle

¹⁰ Nas palavras de Aníbal Quijano (2000, p. 342 – tradução minha): “A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição e uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular de esse padrão de poder e opera cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência social cotidiana. Se origina e se mundializa a partir de América”.

de importantes meios de existência social. São eles: o trabalho, a natureza, o sexo, as subjetividades (que inclui o conhecimento) e a autoridade, abrangendo todos os seus produtos, com o objetivo de seguir a reprodução do padrão vigente das relações sociais e, assim, assegurar a manutenção dos privilégios daqueles poucos grupos que estão no topo da pirâmide a partir das classificações relacionadas aos marcadores sociais da diferença, como é o caso dos estereótipos de gênero, raça e trabalho. Assim, a representação entre “vencedores” e “vencidos”, “visíveis” e “invisíveis”, “bons” e “maus” são responsáveis por ajudar a distinguir de qual lado da linha “abissal¹¹” (Santos, 2009) se deve ocupar.

Desse modo, a naturalização das instituições e a separação das categorias hegemônicas e subalternas, através da produção de um imaginário mitológico é, para Quijano (2009), um dos mecanismos mais utilizados para reprodução do poder. Aqui, os meios de comunicação de massas – incluindo o jornalismo – ganham uma especial importância, já que são entendidos como uns dos principais meios com os quais as pessoas se informam e contribuem para a percepção sobre o mundo que as rodeia. Colombres (2011, p. 29 – tradução minha) afirma que “o mito expressa a dialética do visível e do invisível, do que exhibe e do que oculta”, o que remete ao caráter conotativo e denotativo das narrativas míticas. Assim, o mito tem a possibilidade de ir para além do relato e de seu conteúdo simbólico e se converte em uma visão sobre a realidade, com um grupo de orientações e crenças que auxiliam os sujeitos a dirigir e entender tanto suas vidas como a dos outros (García, Canul e López, 2009). Nesse sentido, García, Canul e Lopes afirmam: “Desta forma o mito estrutura e legitima ordens sociais, modos de vida, práticas e formas de expressar coesão e inserção social regulando a estrutura social, ética e moral das comunidades” (García, Canul e Lopes, 2009, p. 2 – tradução minha).

A forma como as relações políticas, econômicas, raciais e étnicas, de gênero e sociais são compreendidas hoje pode ser pensada a partir do conceito da diferença colonial, que nasce com o sistema mundo moderno/colonial – com o nascimento e invenção do outro – e que, para Mignolo (2003, p. 39), consiste em classificar grupos para identifica-los por suas faltas ou excessos, os quais marcam a diferença e a

¹¹ Para Boaventura de Souza Santos (2009), o pensamento moderno ocidental é abissal. Em suas palavras: “Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’ (Santos, 2009, p. 23).

inferioridade com respeito a quem classifica. A diferença colonial mantém as mesmas matrizes iniciadas no século XVI, que constrói um imaginário – e relações de poder concretas – fundamentado na perspectiva branca-patriarcal-civilizada-desenvolvida como superior às demais, porém, reformulando-se com base nos momentos históricos particulares. Nesse sentido, temos a formulação de um ser e de um não ser. Tais discursos hegemônicos buscam silenciar as falas do outro que foi construído como inferior, assumindo a diferença e o lugar de enunciação subalterno como premissas desses sujeitos da alteridade (Rivera, 2014).

Para Mignolo (2000, p. 63), o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças de vozes ouvidas ou apagadas, de memórias reveladas ou silenciadas, desde a dupla consciência que gera a diferença colonial. Nesse sentido, vale refletir sobre a tensão que existe entre essas vozes e memórias, em que sujeitos da alteridade buscam espaços para apresentarem novos pontos de vista sobre diferentes modos de entenderem o mundo. Nesse sentido, se trata de um campo político tenso, que está localizado na luta pela hegemonia. Entretanto, a ideia de “hegemônico” pode ser compreendida a partir da reformulação que Stuart Hall (2003) desenvolveu do conceito de Gramsci, que observa o caráter multidimensional que envolve as diversas áreas da hegemonia. Para o autor, ela não pode ser sustentada apenas por uma frente de luta, já que representa o grau de autoridade exercido de uma só vez sobre uma série de posições. Nesse sentido, o domínio não é simplesmente imposto: “resulta da conquista de um grau substancial de consentimento popular. Representa, portanto, o estabelecimento de uma enorme capacidade de autoridade social e moral, não dirigida simplesmente aos partidários imediatos, mas a sociedade como um todo” (Hall, 2003, pp. 311-312). Para Boaventura de Sousa Santos (2007), a negação, mas ao mesmo tempo a criação dos sujeitos que estão do outro lado da linha abissal fazem dos princípios e práticas hegemônicos.

Nesse sentido, manter o controle dos meios de comunicação de massas é uma das principais ferramentas para a manutenção das relações de poder e das lógicas impostas pela diferença colonial, através da (re)produção de imaginários mitológicos que criam estereótipos e homogêizam identidades diferentes e plurais. Pelos motivos expostos no tópico anterior, que levam ao entendimento da autoridade do jornalismo como meio de transmissão de verdades, é possível administrar as bases que fundamentam as lógicas

pautadas na diferença e na exclusão e manter as relações de exploração e concentração de riquezas e recursos nas mãos de poucos.

As considerações apontadas até o momento têm o objetivo de pensar o tema de forma estrutural. Entretanto, para se aproximar do objeto – as representações da diferença no jornalismo hegemônico corporativo brasileiro – é importante incluir na análise algumas especificidades da realidade a ser estudada. A partir do conceito de colonialidade do poder de Quijano (2009), que pensa raça, gênero e classe social a partir da estrutura, María Lugones propõe incluir na análise a interseccionalidade entre eles. “A interseccionalidade revela o que não se vê quando categorias como gênero e raça se conceptualizam como separadas uma das outras” (Lugones, 2008, p. 81 – tradução minha). A ideia de interseccionalidade nasceu das reflexões do movimento de mulheres negras, que não se identificava apenas com as pautas dos movimentos feministas ou movimentos negros, já que estes não visibilizam as questões que são relacionadas ao universo específico da mulher negra. Nesse sentido, pensar os marcadores sociais da diferença desde a perspectiva da interseccionalidade é também vislumbrar mais possibilidades de análise, quando é possível se aproximar mais da realidade e das nuances sociais dos diferentes sujeitos da alteridade.

Vale destacar que os conceitos de gênero e raça são compreendidos como construções sociais que, como já demonstrado, se relacionam com as estruturas de poder. No caso de “raça”, que se interrelaciona também com outros conceitos como etnia e cor, existe a relação com questões biológicas, mas, como pontua Guimarães, as raças são efeitos de discursos. “As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de essências entre gerações. Esse é o terreno próprio às identidades sociais” (Guimarães, 2003, p. 6). É uma categoria analítica, mas também nativa. Já gênero, pode ser entendido como a sugestão de Joan Scott (1990, p. 15): “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. O gênero, ainda, é percebido como algo que sobrepassa o sexo biológico e se constitui individualmente na relação do sujeito com o seu meio.

Quando me refiro à trabalho, quero falar das diferentes posições que as pessoas ocupam no sistema produtivo, que influencia e é influenciada pelos fatores econômicos e sociais. As classificações geradas a partir dos conceitos de raça e gênero permitiram definir a posição dos sujeitos na divisão social do trabalho, que engloba também as

possibilidades de acesso a distintos conhecimentos (Delgado, 2007) e de maior ou menor inserção econômica. Certas profissões são mitificadas como superiores a outras e colocam os sujeitos em posições de privilégios, não apenas econômicos, mas também simbólicos. Sobre o campo do conhecimento, Boaventura de Sousa Santos diz que o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna – europeia – o monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento, à princípio, de dois conhecimentos: a filosofia e a teologia. “O caráter exclusivo deste monopólio está no cerne da disputa epistemológica moderna entre as formas científicas e não-científicas de verdade” (Santos, 2009, p. 25).

A partir da linguagem são transmitidas pelas instituições sociais, como os meios de comunicação, essa mesma lógica colonial moderna. “É através da linguagem e do discurso que a realidade chega a constituir-se como tal” (Escobar, 1999, p. 21). Para Arturo Escobar (1999), é necessário começar a inventar uma linguagem para falar desde a perspectiva das comunidades subalternas. Ele acredita que é necessário “imaginar uma linguagem de autoafirmação”, que permita às comunidades e nações subalternas reposicionar-se nos espaços das conversas e processos globais que estão reconfigurando o mundo.

A pesquisa de campo que estou desenvolvendo para minha tese busca, através das premissas aqui resumidamente apresentadas, entender as representações de marcadores sociais da diferença que são divulgadas cotidianamente pelo jornalismo hegemônico corporativo brasileiro. O objetivo é entender a convergência entre linguagem, discurso e ideologia que auxiliam na manutenção de relações de poder através da produção e reprodução de imaginários mitológicos sobre o outro. Dessa forma, será possível entender a diferença e a formulação de identidades como construções sociais complexas conectadas com o desenvolvimento político e econômico das sociedades capitalistas.

Primeiras considerações sobre a pesquisa de campo

A construção do que hoje é o meu objeto de pesquisa aconteceu no decorrer das leituras e experiências que vivenciei desde o momento em que decidi buscar um programa de doutorado que refletisse sobre as relações entre antropologia e comunicação. A

princípio, o trabalho tinha um teor mais teórico e meu projeto foi construído pensando nas relações entre comunicação, mito e poder. Entretanto, a partir do contato com diferentes autoras e autores, a questão da diferença me saltou aos olhos e pareceu fundamental para refletir a temática que escolhi para pesquisar. Além disso, por mais que a tese continue tendo um perfil teórico-metodológico, a aproximação com o campo foi de extrema importância para nutrir a investigação de mais subsídios e abrir mais possibilidades de reflexão. Os resultados obtidos com a análise e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa de campo servirão para exemplificar os temas que desenvolvidos na tese.

A coleta de dados aconteceu entre os dias 05 de fevereiro de 2016 e 08 de março do mesmo ano. O período foi escolhido propositalmente, pois abarca importantes datas para refletir a representação nos meios de comunicação relacionadas à gênero, raça e trabalho. Na sexta-feira, dia 05 de fevereiro, iniciava o carnaval. Já terça-feira, 08 de março, se celebrou o “dia internacional da mulher”. Vale a pena mencionar que o período analisado coincidiu com a articulação e posta em prática do golpe parlamentar, midiático e judicial contra a presidenta eleita em 2014, Dilma Rousseff. Foram escolhidos para análise quatro veículos de diferentes formatos (televisão, revista, jornal impresso e internet), com o objetivo de também perceber qual é a especificidade de cada um na construção das narrativas através do uso da imagem e do texto. Como a intenção é pensar nos veículos hegemônicos/corporativos, foram selecionados, a partir do critério de audiência, o Jornal Nacional, o portal UOL, o jornal impresso O Estado de S. Paulo e a revista semanal Veja.

Os meios de comunicação acima mencionados foram acompanhados durante o período informado diariamente seguindo a periodicidade de cada um. O jornal nacional é transmitido de segunda a sábado. No total foram assistidas 25 edições. O UOL foi acompanhado diariamente, através de sua *home* e da atualização oficial, que acontece quatro vezes ao dia: às 10h, 12h, 17h e 23h. O jornal O Estado de S. Paulo também foi acompanhado diariamente, com análise das capas de todos os cadernos. A revista Veja é semanal e foram analisadas quatro edições da publicação. O foco foram as notícias e manchetes que continham pelo menos uma imagem e que de algum modo representavam a questão do gênero, raça e/ou trabalho.

Seguindo a sugestão de Geertz para a análise da cultura (1978), a metodologia utilizada tem objetivo de investigar os meios de comunicação interpretando-os de forma

densa. Nesse sentido, minha proposta para análise é uma condensação das sugestões apresentadas pela antropologia interpretativa, pelos teóricos que trabalham no marco da antropologia da comunicação e pelos autores que discutem a análise do texto – e da imagem – a partir da linguagem e do contexto. A pesquisa de campo está dividida entre a captação dos dados e a análise de toda linguagem utilizada: signos e símbolos textuais, imagéticos – estáticos ou em movimento – e auditivos, quando é o caso, que relacionados com os significados previamente negociados – e em constante negociação – legitimam a construção de discursos. Um dos objetivos da análise é perceber como a linguagem converge com o discurso, através das relações entre metáforas, modos simbólicos, códigos e ideologias, formulando opiniões e representando uma forma de entender o entorno e as pessoas. Sempre levando em consideração a perspectiva colonial dos discursos hegemônicos.

Seguindo essa proposta, busco analisar os conteúdos como linguagem, em que há significados simbólicos conotados e significados literais denotados, que tornam necessário que a análise leve em consideração o contexto de sua produção para, então, que seja possível decifrar os discursos e sentidos produzidos pelos meios de comunicação. Por esses motivos, é importante integrar os elementos narrativos com as demais informações sobre o contexto em que tais meios estão inseridos. Atualmente, estou finalizando a organização e interpretação das informações coletadas, e compartilho neste trabalho algumas considerações iniciais, já percebidas a partir do contato que obtive até o momento com os dados.

Em resumo, algumas características gerais podem ser mencionadas: 1) existe uma linguagem comum entre os quatro veículos analisados, no que diz respeito às representações de interesse desta pesquisa e também reservando as especificidades dos formatos; 2) o uso dos verbos é essencial para o direcionamento do sentido, como manifestar, ocupar, invadir, pensar, gritar, etc.; 3) há a presença de sujeitos subalternos ocupando posições privilegiadas, mas, em sua maioria, se observou estes sujeitos representando o papel do outro; 4) há uma presença muito maior de homens brancos, seguidos de mulheres brancas nesses meios de comunicação; 5) há a recorrência a temas mais relacionados à figura feminina, como é o caso da maternidade ou questões relacionadas à beleza e saúde, 6) a política é dominada por homens brancos engravatados; 7) o esporte é predominantemente masculino, 8) as notícias relacionadas ao futebol e à música são as que mais possibilitam perceber a presença de homens negros e 9) os meios

fazem uso recorrente aos “especialistas”, geralmente homens brancos, para legitimar determinadas opiniões.

Nesse período de contato com os veículos, algumas notícias eram recorrentes, como, por exemplo, sobre a microcefalia e o mosquito *Aedes Aegypti*, as eleições estadunidenses, além da Lava-Jato e reportagens relativas ao golpe (tratado sempre como um processo legítimo e previsto na Constituição), que inclui o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, questões econômicas, como a alta do dólar, e outras conjunturas que visavam explicar e a pontar para crise que o país está inserido. Em geral, as notícias sobre microcefalia, em todos os veículos, eram relacionadas à imagem da figura materna, sendo a grande maioria mulheres de baixa condição econômica. Mas, claro, algumas exceções foram também observadas, como é o caso de uma reportagem da Revista Veja, edição 2467, de 02 de março de 2016. Tal reportagem, de Carolina Melo, com o título “O êxodo das grávidas” apontava que o medo de infecção pelo zika vírus, “provocado pelas trapalhadas das autoridades de saúde diante da epidemia, tem levado mulheres brasileiras a decidir passar a gestação longe do país”. O texto estava acompanhado de três fotos: uma mulher grávida sozinha, um casal grávido e uma mulher que decidiu não engravidar agora por medo da doença.

Como já mencionei, no que diz respeito à Lava-Jato e à política, se nota um grande protagonismo de homens, engravatados e brancos, com várias questões para discutir desde a colonialidade do poder e a construção do poder simbólico. A camisa social e a gravata aparecem como um símbolo importante de diferenciação em relação, por exemplo, aos uniformes. Visivelmente, a parcela dos políticos brasileiros não pode ser considerada como representativa no que diz respeito à pluralidade étnica e racial brasileira. Sem falar da questão de gênero, em que as mulheres são minoria¹². Essa questão pode ser percebida principalmente no jornal O Estado de S. Paulo que, no período estudado, apresentou diversas edições em que os cadernos voltados para a política e economia não traziam nenhuma mulher – branca ou negra – e nenhum homem negro. O mesmo se pode dizer da revista Veja que, por exemplo, ainda na edição 2467, não traz nenhum homem negro ou mulher negra.

¹² Segundo reportagem divulgada no site do Senado Federal, na eleição 2014, apenas 11% dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas, embora as mulheres representem sete milhões a mais de votos no país. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/03/08/lugar-de-mulher-tambem-e-na-politica> Acesso em junho de 2016.

As notícias relacionadas às prévias das eleições dos Estados Unidos trazem, principalmente, a presença de uma mulher, Hillary Clinton, e de um homem, Donald Trump, que tem em seus discursos diversas opiniões relacionados com o “outro” e sua opressão. Muitas de suas falas relacionadas aos imigrantes ganharam destaque nos meios de comunicação, mas desde a ideia de construção deste outro imigrante. Os e as imigrantes tiveram também visibilidade através da crise de migração na Europa. Por mais que os discursos divulgados pelos meios de comunicação, no geral, não estejam de acordo com muitas práticas desempenhadas pelos países europeus em relação aos imigrantes, os modos como estes são representados e a opção pela não discussão mais profunda sobre os reais motivos que os levam a deixar os seus países em busca da Europa, não continuam por determinar as bases da diferença colonial?

Gostaria de destacar ainda uma observação sobre os temas relacionados à mulher. Para isso, proponho como exemplo o portal UOL, que devido as particularidades de seu formato – a internet – possibilita uma melhor aproximação com o tema. Se trata da construção em três frentes principais: como objeto, partir dos padrões hegemônicos de beleza, que se relaciona com a segunda questão, dos cuidados e preocupações com moda e beleza e, por último, a frente da maternidade. No período analisado, o UOL possuía uma seção chamada UOL Mulher, que trazia, no geral, quatro destaques na *home* acompanhados de fotos. Nesse espaço, que hoje se chama UOL Estilo de Vida, eram colocadas chamadas para reportagens sobre temas como decoração, moda, cuidados com o corpo, problemas amorosos e familiares, com especial atenção aos cuidados com os filhos. Geralmente, nas fotos, estavam mulheres brancas. Se observou a presença de mulheres negras e de outras etnias, mas, geralmente, com o objetivo de falar sobre sua cultura ou especificidades relacionadas com o tom da pele, por exemplo. Quando se pretendia falar da “mulher” de forma mais geral, a grande maioria das fotos apresentava personagens brancas. Sem falar, do culto a celebridades, que aponta para um fetichismo que nasceu com a produção massiva de produtos culturais para as massas.

Além disso, vale a pena mencionar que o Jornal Nacional se destaca pelo domínio da linguagem e construção de diálogos entre texto e imagem, em que são criadas narrativas aparentemente plurais, como por exemplo pelos espaços reservados para a respostas dos personagens citados nas reportagens, no final de cada matéria, mas que buscam direcionar para uma opinião determinada. Outra questão, que cabe para aqueles casos em que é possível ver quem é o jornalista por trás da notícia, que acontece nos

quatro meios analisados, é a predominância de homens brancos como responsáveis pela produção das informações, principalmente quando se trata de textos de opinião.

Algumas (in)conclusões

Neste trabalho busquei trazer algumas questões que venho estudando para construir minha tese doutoral, que ainda está em andamento e em processo de amadurecimento. Em relação à pesquisa de campo, me encontro no momento de organização das informações, que estão me trazendo subsídios muito ricos e interessantes para pensar as representações sociais, que através da repetição, são naturalizadas e auxiliam na criação de um imaginário mitológico sobre o outro e sobre nós mesmos. Esse trabalho de organização e análise dos dados é bastante intenso devido a quantidade de informação que foi coletada. Para a tese, pretendo descrever e analisar individualmente cada veículo, com as principais questões observadas durante o período de análise, levando em consideração a teoria e metodologia que estão sendo desenvolvidas para o trabalho, além de dialogar com as teorias que apresentam importantes contribuições para o tema proposto. A apresentação oral deste trabalho levará em conta principalmente a pesquisa de campo e os avanços ocorridos durante o período entre a entrega deste artigo e a data da apresentação.

Pensar em representação da diferença nos meios de comunicação, a partir da compreensão do contexto em que a produção do fazer jornalismo está inserida, é também entender o seu papel no jogo da teatralidade que permeia o universo político e social atual, em que são conotadas e denotadas diferentes intenções das relações de poder. A forma como as representações tipificam grupos e atores sociais de forma acrítica, a partir da naturalização de símbolos e imaginários comuns, muito próximos de um dualismo entre o “bem” e o “mal”, que não são capazes de apresentar a pluralidade e os tantos percursos e detalhes existentes na formação dos indivíduos dentro de uma sociedade, nos seus mais distintos e complexos meios. As desigualdades e diferenças que os meios de comunicação deixam transparecer são apenas uma parte do movimento de exclusão em que uma grande parcela da população está inserida, já que as desigualdades abarcam perspectivas muito mais amplas relacionadas, inclusive, ao acesso básico à educação, saúde, moradia, etc.

Referências bibliográficas

BALANDIER, Georges. *El poder en escenas – De la representación del poder al poder de la representación*. Barcelona: Paidós, 1994.

_____. *Modernidad y poder – El desvío antropológico*. Barcelona: Jucar Univeridad, 1988.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Mitologías*. Madrid: Siglo, 2009.

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguales y desconectados. Mapas de la interculturalidad*. Barcelona: Gedisa, 2004.

_____. *Ideologia, cultura y poder*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 1997.

CAPARELLI, Sérgio. *Ditaduras e indústrias culturais*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1989.

CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramon. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 9-24.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *Los guardianes de la libertad*. Barcelona: Crítica, 1990.

CHOMSKY, Noam. *Sobre el poder y la ideología*. Madrid: Visor, 1989.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica – antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

COLOMBRES, Adolfo. *Teoría transcultural de las artes visuales*. La Habana: Ediciones ICAIC, 2011.

DELGADO, Caroliba. El bambuco y los saberes mestizos: academia y colonialidad del poder en los estudios musicales latinoamericano. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramon (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 195-216.

DUBOIS, P. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas (SP): Papiros, 1993.

DUCH, Lluís. *Mito, interpretación y cultura*. Barcelona: Herder, 2002.

ESCOBAR, Arturo. *El final del salvaje: Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Bogotá: Cerec, 1999.

GARCIA, J.; CANUL, J.; LÓPEZ, F. El mito del poder en la sociedad contemporánea. Uni-pluri/versidad, Vol. 9, nº 3, 2009.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GUARESCHI, Pedrinho A. *Comunicação e Poder*. Petrópolis: Vozes: 1983.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Como trabalhar com “raça” em sociologia*. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.29, 2003, pp. 93-107.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LUGONES, María. *Colonialidad y Género*. Bogotá: Tabula Rasa, nº 9, 2008, pp. 75-101.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concept. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 127-168.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné / Melanésia*. São Paulo: Abril Cultura, 1976.

MIGNOLO, Walter. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal, 2013.

_____. La colonialidade a lo largo y lo ancho: el hemisfério occidental em el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (org.). *La conolialidad del saber: eurocentrismos y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 55-85.

_____. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fonterizo*. Madri: Akal, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: B. S. Santos. & M. P. Menezes (eds.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina, 2009, pp. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La conolialidad del saber: eurocentrismos y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000, pp. 201-245.

Rivera, Claudio. Tese de doutorado: *Decolonialidad en las redes virtuales: el caso de Azkintuwe*. Universitat Autònoma de Barcelona, 2014.

SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: B. S. Santos. & M. P. Menezes (eds.), *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina, 2009, pp. 23-71.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade, v.20, n.2, 1995, pp. 71-99.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Los medios de comunicación social*. Barcelona: Península, 1971.